Fui. Mesmo com todo o aparato para a gente entrar dentro das unidades, praticamente as UTIs foram transformadas em unidades especiais, você não se sente à vontade. Você sabe que o bichinho passa pelo buraquinho de tudo aquilo que você colocou em cima de você. Você sabe que o risco existe. Perdemos colegas médicos, perdemos colegas enfermeiros.

Eu lembro que... Faço aqui a homenagem até ao Henrique. Nunca vi um rapaz tão dedicado, um enfermeiro tão dedicado. Cuidou até do meu pai. Acabou pegando Covid e acabou falecendo. Aquilo me chamou bastante a atenção, porque... Sabe aquelas pessoas de cor – não é? –, que são grandes, fortes? Porque se eu pegar Covid, do jeito que eu sou magrinho, a chance de eu capotar rapidinho é "dois palitos". Mas a Covid pegar um homem daquele tamanho, com aquela força física, e detonar ele em menos de uma semana, debaixo dos nossos olhos, foi uma coisa que chamou bastante atenção.

Mas jamais eu vi alguma daquelas enfermeiras escaladas dizer assim: "não, não vou". Todo mundo ia, com coragem, e foram vendo alguns de seus colegas tombarem, tendo que fazer a função que eles foram preconizados.

E recentemente o Congresso aprovou o piso salarial da categoria da enfermagem. O STF barrou, e agora entrou naquela luta toda, por uma coisa muito simples. Precisamos pagá-los. Tem lei para serem pagos. E como fazer isso? Então, a medida provisória que está aí agora para ser regulamentada, que está prevista inclusive na lei. Então a nível Federal, acho que a coisa ficou resolvida.

Então, dia dois, agora, de fevereiro, houve uma... Está na mão da ministra, da Nísia Trindade, e também está sendo avaliada pela Casa Civil essa proposta para levar aos estados, municípios e entidades filantrópicas a aprovação ainda neste mês, no comecinho de março, do piso salarial. E torcer para que o nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vete, para fazer com que a coisa aconteça.

E o que é importante? Essa lei também vai precisar ser aprovada na Câmara dos Deputados, no Senado, em pelo menos até 60 dias após a publicação, para ela não perder a validade. Vai ser o último passo para suspender a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, aí a coisa vai ter que acontecer. A partir do momento em que a liminar for suspensa, o piso vai ter que ser pago.

No final de dezembro, o Congresso Nacional promulgou a Proposta de Emenda à Constituição – então, o que aconteceu? – e direcionou ainda que os recursos para o pagamento do piso salarial estão previstos.

Então, o texto define que o salário mínimo para a categoria vai ser custeado pelo superávit financeiro dos fundos públicos e do fundo social. Os recursos serão utilizados para pagar os novos vencimentos no setor público, nas entidades filantrópicas e de prestadores de serviço que tenham um mínimo de 60% de atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde. É uma conquista histórica da enfermagem.

Quero deixar relatado aqui. Nós temos uma lei, uma PEC, colocando o piso como garantia na Constituição Federal. E a terceira grande conquista é o fundo, que traz uma fonte permanente de recursos para manter a fonte pagadora.

Mas não podemos esquecer que, na ponta disso, temos os municípios. Olha só o número que vou trazer para vocês: estimativas da entidade apontam que municípios são responsáveis pela vinculação de 42% desses profissionais. A projeção é de um impacto financeiro de 10,5 bilhões para as prefeituras somente em 2023.

Então, é muito importante que não esqueçamos os municípios, porque metade dos enfermeiros, dos técnicos de enfermagem, dos auxiliares, estão nos núcleos de saúde, estão nos hospitais públicos municipais e eles vão precisar também de recursos para poderem cumprir essa meta.

As entidades particulares, com certeza, vão provocar, vão buscar esses recursos dentro do seu orçamento com a atualização dos preços dos convênios. Mas eu acho o seguinte: é um grande investimento em uma classe que, quando foi chamada, não se escondeu. Estava lá, pronta. Trabalhou, fez o seu serviço de casa.

Foi o que eu disse para vocês: fica aqui a minha homenagem àqueles que vi sucumbir. Mesmo os colegas vendo aquilo acontecer, ninguém desistiu. Cansei de ver, Janaina, uma cena que me arrepia até agora, só de lembrar. O carro funerário saía do hospital, dava a volta no quarteirão com a sirene ligada, entrava no pronto-socorro, fazia uma voltinha, com aquela fila toda dos funcionários que não podiam abandonar o seu posto, para fazer a última homenagem àquele colega que estava partindo.

Então, a gente vê um caso ou outro, mas muita coisa aconteceu. Então, acho que esse é um momento em que os nobres deputados vão ter que enxergar isso. Na hora que precisar do apoio, do voto, garanto que tanto a situação quanto a oposição não vão abrir mão para que nossos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares possam receber o seu salário digno do piso.

Muito obrigado pela fala. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos. Aproveito a oportunidade para, uma vez mais, homenagear todos os profissionais de saúde que enfrentaram o desafio – um desafio para o mundo – que foi a Covid-19. Então, apoio a manifestação do colega, que é, ele próprio, profissional de Saúde, é médico, e muito nos honra com sua presença aqui nesta Casa.

Aproveito também para noticiar a presença do deputado Lucas Bove, deputado eleito, que vai tomar posse dia 15 de março. Seja sempre bem-vindo. É uma honra poder contar com V. Exa. aqui na tarde de hoje.

Sigo com a lista dos oradores inscritos de forma suplementar chamando à tribuna o nobre deputado Conte Lopes, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, novamente vamos falar a respeito da Cracolândia. Vossa Excelência, deputada Janaina, falava a respeito da dificuldade que os parentes têm de entrar na Cracolândia para tentar ajudar seus parentes, as mães e os filhos, os pais e os filhos, porque realmente é uma área dominada pelo crime. A Cracolândia não é uma escola de samba não; é uma área dominada pelo crime.

Essa é a grande verdade e há muitos e muitos anos. Estamos torcendo para que o nosso governador Tarcísio de Freitas consiga mexer na Cracolândia, que é acabar com ela, porque tem que acabar, porque se não acabar, o traficante continua agindo da mesma forma, porque quem manda são os traficantes; eles que conduzem os viciados.

Não é o contrário, eles que conduzem, e a gente continua recebendo denúncias. E como a gente recebe denúncias e somos deputados eleitos pelo povo, em São Paulo, por dez vezes, a gente tem a obrigação de cobrar.

É a nossa obrigação. Não adianta fazer só reunião. Até eu solicito que essa gravação que eu vou passar agora aqui seja encaminhada ao vice-governador, porque é ele que coordena um trabalho na Cracolândia.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Então vejam o que os moradores falam. De uma forma ou de outra, nós estamos criando uma nova Cracolândia em vez de acabar com a Cracolândia, porque ele mora ali, ele está passando os vídeos, a polícia cerca e fica: "Deixe os traficantes aí". Eu sei porque eu já vivi isso.

Há tempos e anos que a gente está combatendo isso e a gente sabe que tem a Guarda Municipal ao lado da Cracolândia, uma base, tem uma companhia da Polícia Militar, que não podiam fazer nada até o governo anterior. "Não mexa com os caras".

Mesmo como vereador, fui visitar a Cracolândia – até o Reis que está chegando como deputado também estava comigo – e nós fomos proibidos de entrar na Cracolândia pelos traficantes. Simplesmente fomos proibidos na frente da Polícia Militar e da Guarda Municipal: "Aqui não entra!".

Mas como não entra? Eu, oficial de Rota, que entrei em todos os lugares na minha vida, na Cracolândia não podia entrar. Até que fizeram um acordo com os traficantes, a polícia falando com os traficantes, e permitiram que nós entrássemos, desde que as câmeras da televisão da Câmara Municipal ficassem de fora, e nós entramos.

Vimos o tráfico de drogas, os traficantes na cara de todo mundo, os prédios que o Haddad criou lá, os hotéis, onde os pseudo trabalhadores recebiam dinheiro e compravam drogas dentro do hotel, o traficante nem precisa sair de lá, e tudo com dinheiro vivo. Os trabalhadores, coitados, recebiam o dinheiro e davam para o traficante, vivo, que lá não tem assalto.

Então, Sra. Presidente, a gente vai continuar cobrando. Estamos torcendo para o governador, mas é uma luta difícil, e nós vamos mandar essa matéria para que seja analisada. Não adianta se cercar só um lugar e deixar os traficantes no outro com os viciados. Tanto é que o cidadão fala: "A viatura está lá, a gente está ligando para a guarda, para a Polícia Militar, faz o protocolo, mas ninguém faz nada". É ele que está falando, não sou eu.

Então se começa a deixar reunir aqui e ali, praticamente não vai funcionar, pela experiência que eu estou vivendo há quinhentos anos. É isso aí. Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Faço minhas as suas palavras, que, conforme solicitado por V. Exa., peço também à assessoria que encaminhe ao Sr. vice-governador, Dr. Felício Ramuth. Eu gostaria de aproveitar para concordar com V. Exa., sobretudo nessa parte referente a dar dinheiro para o dependente. Não só com relação a esse programa do ex-prefeito, hoje ministro, Fernando Haddad, mas com relação aos demais programas sociais, porque mesmo o Bolsa Família ou o Auxílio Brasil, quando se dá o dinheiro na mão do dependente, imediatamente ele passa esse dinheiro para o traficante, por força da dependência.

Eu presidi o Conselho de Entorpecentes de São Paulo por alguns anos, pude conviver com vários médicos psiquiatras, vários psicólogos que atendem essa população, médicos e psicólogos das mais diversas orientações, vamos dizer assim, então não estou aqui falando da linha "A" ou da linha "B".

Todos inclusive orientam as famílias de dependentes, não só os que estão nas ruas, que não devem ter acesso a dinheiro, ou a bens que possam ser vendidos para que levantem dinheiro, porque é a maneira pela qual eles vão acessar a droga.

Então é um ponto de início de qualquer trabalho ali. Se o dependente tem acesso a dinheiro, ele vai ficar ainda mais vulnerável a ação do traficante.

No caso dos moradores e trabalhadores daquela região, é verdade. Eu faço parte do grupo interdisciplinar, o grupo interinstitucional, na verdade, da Assembleia com a Câmara, e é verdade, os moradores pedem auxílio, pedem ajuda.

Estou há um ano me reunindo com os vereadores, é suprapartidário esse grupo. Eles não têm essa resposta. Então realmente é muito importante que esse trabalho seja talvez que se coletem as informações dos parlamentares que já estão nesse período, tanto estadual quanto municipal, para que nós partamos daqui e não voltemos para trás, que realmente é uma situação de muita urgência aqui na nossa Capital.

Eu que agradeço a fala de Vossa Excelência.

O SR. CONTE LOPES - PL - Para uma comunicação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Pois não.

O SR. CONTE LOPES - PL - PARA COMUNICAÇÃO - A colocação de V. Exa. realmente é uma realidade. Não adianta ficar somente na reunião, é o que eu estou dizendo. Vai reunir: "Ah, prendemos cinco, dez traficantes, quinhentos traficantes". Vai a audiência lá, primeira audiência, audiência de custódia, solta todo mundo. Então se vai reunir com Ministério Público, com Justiça, mas para o povo não interessa isso aí, Sr. Governador e vice-Governador, para o povo interessa que se aja no momento exato. Esse cidadão está pondo ao vivo, ele começa às 19 horas a pôr imagem do que está acontecendo na Rua dos Gusmões.

Então, a partir dali e da Rua Aurora, ele está informando. Ele vai ligando para a Guarda, para a Polícia Militar, para a Assistência Social, vão fazendo protocolo. Veja a vida do cara, ele não consegue dormir, ele trabalha, ele paga imposto para pagar o nosso salário, do governador, do Lula, que está nos Estados Unidos. Ele paga o imposto e paga o salário de todo mundo, como o comércio da região. Então não adianta ficar passando a mão na cabeça de vagabundo, tem que agir, ué, principalmente sobre o tráfico.

Agora, se deixa, como ele está falando, deixa então ficar naquela rua do Gusmões, fica naquele pedacinho, vai continuar crescendo ali. Ou se age, e a gente está cobrando, é uma crítica construtiva para que se tenha solução, como a própria deputada, nossa presidente, Janaina Paschoal, está falando: que ela tem reunião com vereadores, com muita gente, e fica nesse chove, não molha. Então está na hora realmente de ação.

O governador se propôs a isso, falou em até, Sra. Presidente, passar o governo do Morumbi, que eu acho até uma boa – aquela baita estrutura para quê? – aqui para o centro de São Paulo para recuperar o centro de São Paulo. É uma promessa do Tarcísio de Freitas, eu espero que ele faça isso. Não sei se quem está ao lado dele vai deixar, não sei, mas seria uma boa, porque a partir daí realmente poderia se recuperar o centro de São Paulo, que é o fim do mundo.

Quando não se começam os ataques a carros, a transeuntes, a moradores, o cara não consegue dormir, o cara não consegue chegar em casa, nem sei como ele chega na casa dele, como é que uma mulher chega na casa dela num lugar desse aí à noite, saindo do serviço. Como ela sai de casa se precisa ir ao médico? Ou uma criança, ou um estudante? Então, essa é a grande verdade.

Então, está na hora de solução, e nós vamos continuar cobrando, como falou a deputada, é de todo mundo, é do PT ao PP, ao PL. Todo mundo quer a solução, tanto é que todo mundo tentou solução, do Kassab ao Haddad, ao Doria, ao Alckmin. Todo mundo tentou. Então, vamos ver se sai uma solução agora.

Forma de agir? Com Polícia. Quando está tendo balbúrdia, como está acontecendo nas ruas, é com a Polícia. Não adianta chamar um psicólogo, um sociólogo. O coitado do cara fica ligando, porque ele tem que trabalhar noutro dia, não consegue dormir, uma barulheira desgraçada, o tráfico correndo solto, e ninguém vai.

Agora, como que vai fazer? Aí quem está no comando da Polícia, o coronel Cássio, um homem muito experiente, sabe como vai agir. Agora, tem que agir. Não pode o cidadão passar por uma situação dessa, passar a noite às claras ligando para a gente porque ele não consegue dormir com a família dele, e ele precisa trabalhar.

Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. CONTE LOPES - PL - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Pois não.

O SR. CONTE LOPES - PL - Havendo acordo de lideranças, peço o levantamento da sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - É regimental.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo das lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os nossos trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Excelente final de tarde, boa noite a todos.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 57 minutos.

* * *

10 DE FEVEREIRO DE 2023
8ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: JANAINA PASCHOAL

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - JANAINA PASCHOAL
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - LECI BRANDÃO
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
7 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do período adicional do dia 13/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Boa tarde a todos. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Imediatamente, dou por aberto o Pequeno Expediente, chamando à tribuna o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Dr. Raul. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputada Daniela Braga. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. Sigo na Presidência, não farei uso da palavra. Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, hoje, no final da manhã, eu estive na Etec Getúlio Vargas, que é uma instituição do Centro Paula Souza, uma instituição centenária do ensino técnico do estado de São Paulo, que fica na região do Ipiranga.

Todos tinham acompanhado, com as últimas chuvas que ocorreram aqui em São Paulo, que a escola ficou totalmente inundada. Porque a escola tem problemas sérios de infraestrutura; é uma escola antiga e nunca passou, necessariamente, por um processo de reforma estrutural.

Antes da pandemia, eu fui a essa escola, acionei o Centro Paula Souza. Porque eu já tinha constatado isso, já tinha sido acionado pela comunidade escolar. E a própria direção da escola – na verdade, as direções, porque elas mudam bastante nas Etecs e Fatecs – já tinha solicitado essa reforma. Mas nada foi feito, não houve o investimento necessário.

E a escola está vivendo hoje uma situação de calamidade pública. Etec, uma das principais escolas do ensino técnico do estado de São Paulo, que é uma vitrine – o governo apresenta como vitrine –, está sucateada, degradada, precarizada, porque não há investimento do próprio Centro Paula Souza. Não há investimento do governo estadual. Então, é por isso que nós chegamos a essa situação de degradação.

E não é culpa – quero fazer o registro aqui – da direção da escola, nem da comunidade escolar, nem dos funcionários, nem dos professores. Até porque não tem funcionários; faltam funcionários, deputada Leci Brandão. Não tem uma equipe de manutenção nessa escola, porque o governo não contrata. Os poucos servidores do quadro de apoio que se aposentam não são substituídos porque o governo não contrata novos servidores. Então, a escola fica praticamente abandonada.

Tenho aqui algumas fotos. Olha: os alunos de tempo integral almoçando nas escadas, por falta de espaço. É grave a situação. Tenho várias fotos aqui, vídeos mostrando a situação da escola quando chove. Pode passar as fotos, só para que V. Exas. possam ter acesso à situação da escola. E para a TV Alesp também mostrar para o telespectador. Essa é a quadra da escola, deputada Leci Brandão, de uma Etec. Olha a situação da escola, falta de investimento governamental. O estado de São Paulo, o Estado mais rico da América Latina, mais rico do Brasil, que aprovou um orçamento de 317 bilhões de reais, abandona a sua rede de ensino técnico.

Essa situação da Etec Getúlio Vargas, aqui perto, no Ipiranga, representa também a situação de muitas Etecs e Fatecs no estado de São Paulo. Aqui estão os vídeos mostrando a situação da chuva.

* * *

- São exibidos os vídeos.

* * *

Salas inundadas com a chuva, aulas suspensas... São vários vídeos, várias fotos... Eu conversei muito com a comunidade escolar hoje pela manhã, e a situação é grave. É uma escola que tem aproximadamente 4 mil pessoas, é quase que uma cidade, e não tem equipe de manutenção, tem pouquíssimos funcionários, não tem investimento significativo do Centro Paula Souza, por isso que a Etec fica nessas condições.

Então, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, eu quero acionar o Centro Paula Souza para que ele faça, em caráter de extrema urgência, que ele mobilize seus técnicos, seus engenheiros, o seu orçamento para fazer uma reforma estrutural da Etec Getúlio Vargas, reforma hidráulica, elétrica, uma reforma geral da quadra da escola, das oficinas... Enfim, a escola precisa ser totalmente reformada. Repito: é uma escola centenária, então precisou chegar nessa tragédia para que nós pudéssemos pedir, novamente, para o Centro Paula Souza.

Então faço um apelo para que a pessoa que responde, hoje, pelo Centro Paula Souza vá até lá fazer uma visita, como eu fiz, para que o governador Tarcísio de Freitas vá até essa importante escola, essa Etec Getúlio Vargas, faça uma visita e tome as providências para que ela seja totalmente reformada, para que haja contratação de funcionários, sobretudo de manutenção, porque uma escola com 4 mil pessoas, uma escola que funciona com 18 cursos em três períodos, inclusive tem um período que é integral, não pode permanecer nessa situação.

Então gostaria que cópias do meu pronunciamento fossem encaminhadas imediatamente, com urgência, para o governador Tarcísio de Freitas e para o Centro Paula Souza para que providências sejam tomadas em caráter também de extrema urgência.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SR. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Solicito à assessoria que faça os encaminhamentos conforme pleiteado pelo parlamentar na tribuna.

Sigo aqui com a lista dos oradores inscritos, chamando à tribuna o nobre deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputada Leci Brandão, sempre belíssima, em branco às sextas-feiras, V. Exa. tem o prazo regimental de cinco minutos.

A SR. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Excelentíssima Sra. Presidente, deputada Janaina, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela nossa TV Alesp, tem algum tempo que eu não venho a esta tribuna, mas não foi possível ficar calada diante da situação, Sra. Presidente, que foi lamentável: a decisão do governador de São Paulo, que vetou o Projeto de lei 1.177, de 2019. Inclusive V. Exa. também fez parte das assinaturas desse projeto, que institui e define diretrizes para a política pública Menstruação sem Tabu, de conscientização sobre a menstruação e a universalização do acesso a absorventes higiênicos.

Ao apresentar esse projeto em coautoria com outros parlamentares, o nosso objetivo foi assegurar a mulheres, meninas, homens trans e demais pessoas com útero o acesso a itens como absorventes femininos, tampões íntimos e coletores menstruais, ou seja, acesso à higiene menstrual, que é considerada um direito pela Organização das Nações Unidas, a ONU, desde 2014.

Eu acredito que esse assunto precisa ser tratado como uma questão de saúde pública e de direitos humanos. Sabemos que no nosso Estado e no nosso País muitas famílias estão passando fome, e, quando não se tem dinheiro nem para comprar comida, itens de higiene como absorventes, por exemplo, são considerados itens de luxo. Também sabemos que, diante dessa situação, as meninas e adolescentes são o grupo que é mais vulnerável, a gente sabe disso.

A falta da questão "absorvente" afeta diretamente o desempenho escolar e vai comprometer futuramente o potencial dessas meninas na vida adulta. O projeto que nós apresentamos aqui na Alesp é uma proposta ampla que vai muito além da distribuição de absorventes e trata da instituição de uma política pública de conscientização sobre a menstruação.

Esse projeto voltará, se Deus quiser, ao plenário da Alesp, e não vamos medir esforços para que o veto do governador seja derrubado. As deputadas que assinam o projeto, faço questão de citar aqui: deputada Janaina Paschoal, que preside hoje a nossa sessão; deputada Graciela; deputada Bete Sahão; deputada Edna Macedo; deputada Marina Helou; deputada Patrícia Gama e esta deputada que vos fala, Leci Brandão.

A gente se espanta de ver como uma coisa que é tão necessária, tão séria tem um veto. Não dá para entender, mas a gente está começando, ainda vamos tomar posse - nós não tomamos posse -, e pode ser que a gente consiga derrubar esse veto, com certeza, porque as deputadas que assinaram esse projeto são mulheres fortes, mulheres corajosas e vão continuar sempre lutando pelo direito, que é o nosso dever.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sra. Deputada. É sempre uma honra poder ouvir V. Exa. na tribuna. Seguindo com a lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Com isso eu encerro a lista principal de oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Imediatamente abro a Lista Suplementar, chamando à tribuna o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) E o deputado Carlos Giannazi, pelo prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, eu tenho feito já há três anos praticamente um movimento aqui no estado de São Paulo para pressionar não só o governo estadual como também os municípios do nosso Estado para que paguem o Piso Nacional Salarial, que é instituído pela Lei federal 11.738, aprovada em 2008, sancionada pelo presidente da República e depois confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Cinco estados, na época da sua aprovação, após a sua aprovação, ingressaram com uma ação no Supremo Tribunal Federal e perderam. O Supremo Tribunal confirmou a validade da lei, não só do valor do Piso Nacional Salarial, que é uma exigência tanto da Constituição Federal como também da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei federal 9.394/96.

O piso foi aprovado em 2008. No entanto, alguns municípios e alguns estados teimam, insistem em violar a lei, insistem em não pagar o Piso Nacional Salarial. Esse Piso é reajustado anualmente, como determina a lei, com os critérios estabelecidos pela própria legislação no Brasil, independe do governo de plantão, ela tem que ser reajustada, e no início de cada ano é publicada uma portaria com esse reajuste, que vale para o Brasil todo.

Todos os municípios e estados devem reajustar o valor do Piso Nacional Salarial, lembrando que hoje existe o novo Fundeb, que repassa os recursos da educação básica para os municípios e para os estados. Por isso os prefeitos devem pagar o Piso nacional, os governadores. Enfim, isso não tem acontecido para uma parte dos municípios e dos estados, porque me parece que têm prefeitos e governadores que não têm interesse na valorização da educação pública, e não pagam o Piso.

O Piso hoje, com o novo reajuste, pela portaria do MEC, publicada no início do mês de janeiro, foi para R$ 4.420,55, por 40 horas semanais. Ou seja, o professor vai trabalhar o dia todo para ganhar apenas esse valor, R$ 4.420,55. É pouco, é um Piso baixíssimo para o Magistério nacional, mas mesmo assim os prefeitos não pagam, muitos prefeitos insistem, e são orientados muitas vezes por entidades que também não têm esse interesse, como por exemplo a Confederação Nacional dos Municípios.

Essa Confederação Nacional dos Municípios soltou uma nota, uma orientação, orientando os prefeitos a violarem, a afrontarem a lei federal. A Confederação já tinha feito isso no ano passado, e fez novamente.

Eu, agora no mês de janeiro, logo que saiu a publicação dessa nota, induzindo os prefeitos a esse crime contra a Educação, acionei o Ministério Público Federal, para que investigue essa entidade, que induz, que estimula prefeitos a não pagarem o Piso Nacional Salarial estabelecido, repito, pela Lei Federal nº 11.738, de 2008.

Então, nós estamos acompanhando a movimentação de São Paulo, dando apoio aos Magistérios municipais.

Nós criamos aqui na Assembleia Legislativa o Observatório de Acompanhamento do Piso Nacional. Eu tenho acionado o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, levando os nomes dos municípios que não pagam o Piso Nacional Salarial, e tenho acompanhado também algumas lutas, alguns movimentos, como por exemplo aqui em Carapicuíba, Salesópolis, que eu estive presente nessas duas cidades, Vargem Grande do Sul, que teve já mobilização.

Tenho até as fotos dos Magistérios municipais fazendo mobilizações importantes, em defesa do pagamento do Piso Nacional Salarial. Aqui são as professoras aqui da Grande São Paulo, fazendo a mobilização. Agora, no mês de janeiro, elas estavam nas ruas protestando, pressionando a prefeitura a pagar o Piso Nacional Salarial, que, repito, é obrigatório por lei.

Têm municípios que estão pagando, estão cumprindo a legislação, mas muitos não pagam, e se utilizando dessa nota, inclusive, da Confederação Nacional dos Municípios, que é